

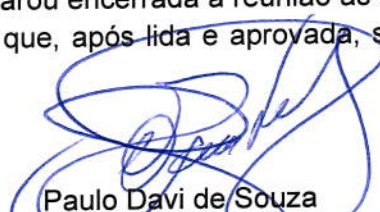
05ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMSEA – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - REALIZADA NO DIA 17 (DEZESSETE) DE JUNHO DE 2026 (DOIS MIL E VINTE E SEIS) NA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, SITUADA NA RUA EMÍLIO FERREIRA, 70 – CENTRO;

Aos 17 (dezesete) dias do mês de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), realizou-se a 5ª (quinta) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, nas dependências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, situada na Rua Emílio Ferreira, nº 70, Centro; A primeira convocação ocorreu às 08h00 (oito horas), no próprio local, com registro das presenças e verificação de quórum; **1. Presenças:** Conforme lista de presença anexa, registraram-se as seguintes participações: **Representantes do Poder Público:** Sandra Cristina Monte Dozena (titular), representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; Marlene Novais da Silva de Souza (titular), representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; e Bruna Rafaela Martins (suplente), representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; **Representantes da Sociedade Civil:** Luciana Christina Gomes Santos (titular), representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e das Indústrias de Alimentos de Araras; Suely Elizabeth Zuntini (titular), representante do Sindicato Rural de Araras; José Silvio Guida (titular), representante das Entidades de Agricultura Familiar; e Cleber Rogeres de Andrade (suplente), representante de Universidades Particulares do Município de Araras; **Convidados:** Francisbel Mendes; **2. Quórum, Qualificação e Habilitação para Voto:** Registrou-se a presença de 07 (sete) conselheiros com direito a voto; Entretanto, não foi alcançado o quórum mínimo necessário para deliberações, razão pela qual não houve apreciação ou votação das matérias constantes da pauta; **3. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Patrícia de Carli Zaccariotto; Natalia Amaral Ambrosio; Nestor Aparecido Rossi; Ivanil Fernando Pavan; Abraão Vitor; Christiane Pascotte Buzo Pereira; Cristina da Cruz Franchini; Marlene Novais da Silva de Souza e José Silvio Guida; **4. ABERTURA:** A presidente Bruna iniciou a reunião agradecendo a presença de todos; **5. MESA-DIRETORA:** A Presidente informou à plenária a justificativa de alguns conselheiros que não puderam estar presentes na reunião; Relembrou que seriam discutidas e colocadas em votação alterações legislativas relacionadas ao Conselho; Contudo, considerando a ausência de alguns conselheiros, deliberou-se por adiar a apreciação das matérias para a próxima reunião; Informou, ainda, que foi apresentada à Secretária Municipal, Sra. Miriam Vanessa, a proposta de alteração da Lei Municipal nº 4.414, de 2011, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Explicou que a necessidade de alteração decorre da intenção do município em aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, sendo imprescindível adequar a legislação municipal às exigências estabelecidas pelo sistema; Esclareceu que a minuta da nova legislação já foi elaborada e será encaminhada pela Secretaria à Câmara Municipal para apreciação e votação; Destacou que, após a aprovação da nova lei, o município terá melhores condições de formalizar sua adesão ao SISAN quando houver abertura de novos termos de adesão pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; A Presidente explicou, ainda, que, para a adesão ao SISAN, será necessária a criação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, composta pelos secretários das secretarias municipais relacionadas à política de segurança alimentar e nutricional, tais como Assistência Social, Saúde, Educação e Agricultura; Ressaltou que a criação da CAISAN também será contemplada na nova legislação, adequando a estrutura municipal às exigências do Governo Federal; Prosseguindo, passou a tratar das ações desenvolvidas junto aos comerciantes ambulantes e feirantes do município, informando que estão sendo realizadas reuniões e orientações, bem como promovidas atualizações na legislação pertinente aos feirantes; Informou, ainda, que o conselho representativo da categoria foi reestruturado e que as alterações propostas também serão submetidas à apreciação em reunião futura, diante da ausência de quórum

deliberativo nesta data; Na sequência, a Presidente convidou os presentes a avaliarem as atividades desenvolvidas pelo Conselho ao longo do último ano e meio, questionando se havia temas ou assuntos que merecessem maior atenção ou aprofundamento; Informou também que os seis meses subsequentes corresponderão ao seu último período na Presidência do Conselho, sendo necessária a realização de nova eleição a partir de janeiro do próximo ano; Explicou que, em razão das exigências para adesão ao SISAN, o Presidente do Conselho não poderá ser representante do Poder Público, devendo necessariamente ser integrante da sociedade civil, motivo pelo qual entende ser importante iniciar desde já as discussões acerca da futura composição da presidência; Aberta a palavra aos conselheiros, a Sra. Sueli manifestou que considera satisfatórios os temas abordados pelo Conselho até o momento, ressaltando, contudo, a necessidade de maior aproximação com a realidade vivenciada pela população, mediante visitas e acompanhamento das situações existentes no município; Destacou que há diversas questões que ainda necessitam ser revistas e avaliadas; Em seguida, a Presidente ressaltou a importância de colocar em funcionamento as Câmaras Temáticas instituídas no âmbito do Conselho, possibilitando a ampliação dos debates e o encaminhamento de novos assuntos; Na oportunidade, a Sra. Sandra apresentou esclarecimentos acerca do Programa SuperAção, iniciativa do Governo do Estado destinada ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar; Informou-se que o programa teve início como projeto piloto na região leste do município e que, atualmente, vinte famílias estão sendo acompanhadas por orientadores sociais, com visitas domiciliares e aplicação de instrumentos de avaliação das condições alimentares e nutricionais; Foi relatado que, diante das necessidades identificadas, as famílias passaram a receber, além da cesta básica, kits compostos por alimentos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, contendo produtos como abobrinha, alface, chicória, mandioca, banana e chuchu, cujas entregas ocorrerão quinzenalmente; Também foi esclarecido que o município tem destinado ao programa excedentes do Programa Viva Leite, especialmente para famílias que não se enquadram nos critérios etários exigidos pelo referido programa, ampliando assim o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade; Os presentes destacaram a relevância do Programa SuperAção, ressaltando que, além de promover a segurança alimentar, estimula a autonomia das famílias e contribui para sua inserção no mercado de trabalho; Durante os debates, foram abordadas questões relacionadas aos programas de transferência de renda e às dificuldades de fiscalização das informações prestadas pelos beneficiários; Foi esclarecido que o Cadastro Único possui caráter auto declaratório e que a concessão dos benefícios é realizada pelo Governo Federal, mediante cruzamento de informações com diversos bancos de dados oficiais; A Presidente destacou, ainda, a importância do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, enfatizando que a iniciativa beneficia simultaneamente os produtores rurais, as entidades assistenciais e as famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo um ciclo de desenvolvimento social e econômico no município; Informou que estão sendo realizadas visitas aos produtores e, futuramente, também às entidades beneficiadas, com o objetivo de avaliar a execução do programa e subsidiar a elaboração de novos projetos para captação de recursos; Prosseguindo, informou que está sendo elaborada uma proposta estruturada para a implementação do programa em âmbito municipal, a qual será posteriormente apresentada aos conselheiros para apreciação e sugestões; Explicou que a proposta contemplará critérios objetivos para participação dos produtores, sistema de pontuação, valores e demais regras necessárias ao funcionamento do programa, evitando que o processo permaneça aberto sem critérios previamente estabelecidos; Destacou que, somente após a conclusão da proposta, será possível apresentá-la ao Prefeito Municipal e às demais secretarias envolvidas, ressaltando que a participação de representantes do Conselho e da cooperativa nas tratativas fortalece a iniciativa e amplia as possibilidades de êxito; Informou que já realizou conversas preliminares com alguns vereadores, destacando que a Vereadora Rosa manifestou intenção de

destinar parte de sua emenda impositiva ao programa no exercício seguinte; Contudo, esclareceu aos presentes o funcionamento das emendas impositivas, explicando que os valores destinados pelos vereadores não representam recursos adicionais à secretaria beneficiada, mas sim remanejamentos já previstos no orçamento municipal; Nesse sentido, ressaltou que eventual concentração dos recursos oriundos das emendas exclusivamente no orçamento da Secretaria de Agricultura poderia comprometer outras ações e serviços já desenvolvidos pela pasta; Assim, defendeu que a proposta contemple a participação financeira de diferentes secretarias, especialmente Agricultura, Assistência Social, Saúde e Educação, de forma a distribuir os impactos orçamentários e assegurar a continuidade das demais políticas públicas; Esclareceu ainda que, no caso de recursos oriundos de emendas parlamentares estaduais ou federais, a situação é distinta, por se tratar de recursos externos ao orçamento municipal; A Presidente informou que a proposta em elaboração contemplará, de forma detalhada, os objetivos do programa, os beneficiários, os critérios de participação e as possibilidades de destinação dos alimentos, tomando como referência as diretrizes já estabelecidas pelo Governo Federal no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Explicou que, dentre as possibilidades previstas, a Assistência Social poderá destinar os alimentos para a composição de kits alimentares, atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade, entidades assistenciais e outras ações de segurança alimentar, observando-se sempre os critérios estabelecidos na legislação e nos regulamentos do programa; Foi ressaltado, ainda, que a destinação de produtos para a merenda escolar deverá ocorrer somente em caráter emergencial, evitando que os recursos do programa sejam utilizados para suprir obrigações permanentes da administração pública; Na sequência, foi destacada a importância de dar ampla divulgação aos resultados já alcançados pelo programa, demonstrando à população e aos gestores públicos o número de agricultores beneficiados, a quantidade de alimentos distribuídos, as entidades atendidas e as famílias contempladas, de modo a fortalecer a iniciativa e ampliar o apoio institucional; Também foi sugerida a realização de visita técnica ao Banco de Alimentos do município de Rio Claro, a exemplo do que já ocorreu em anos anteriores, possibilitando aos conselheiros conhecerem outras formas de atuação na área de segurança alimentar; Na oportunidade, foram prestados esclarecimentos adicionais acerca do Programa SuperAção, sendo informado que a seleção das famílias beneficiárias foi realizada pelo Governo do Estado, a partir de critérios previamente definidos e de listagem encaminhada ao município; Explicou-se que cabe ao município realizar a busca ativa, acompanhar as famílias e executar as ações previstas no programa, incluindo a oferta de cursos e outras atividades voltadas à autonomia e superação das situações de vulnerabilidade; Por fim, considerando a proximidade do período de férias escolares e de recesso em diversos setores da administração pública e das instituições representadas no Conselho, a Presidente propôs que a próxima reunião ordinária seja realizada no mês de agosto de 2026, permitindo que, até lá, sejam concluídas as alterações legislativas e o planejamento das próximas ações; A proposta foi acolhida pelos presentes; A Presidente agradeceu a participação e o comprometimento de todos ao longo do último ano e meio, ressaltando a importância de manter o foco na elaboração da proposta e na captação de recursos para garantir a continuidade das ações voltadas à segurança alimentar e nutricional no município; **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença e participação de todos e declarou encerrada a reunião às 8h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo primeiro secretário Sr. Paulo e pela presidente, Sra. Bruna.


Bruna Rafaela Martins
Presidente do COMSEA


Paulo Davi de Souza
1º Secretário